



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2014

Estabelece regras para deferimento e realização dos Tratamentos Excepcionais dos alunos da Faculdade – Opet.

Art. 1º - É assegurado o direito ao Tratamento Excepcional aos alunos, regularmente matriculados, nos cursos sequenciais, de graduação bacharelado e tecnólogos, “portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados caracterizados por incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos acadêmicos, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento das atividades” (Decreto-Lei 1044/69), que fiquem impedidos de frequência as aulas, por um período superior a 10 (dez dias) consecutivos.

Art. 2º - O regime excepcional estende-se à aluna gestante, a partir do oitavo mês de gestação, e durante três meses.

Art. 3º - A ausência das atividades acadêmicas, durante o tratamento excepcional, será compensada pela realização de trabalhos e exercícios domiciliares, com acompanhamento do professor, nomeado pelo coordenador.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, comprovado mediante atestado médico, poderá ser ampliado o período de repouso, antes e depois do parto.

Art. 4º - O(a) aluna(o) ou seu representante deve protocolar na Central de Atendimento ao Aluno, a solicitação de tratamento excepcional, necessariamente, instruído com o laudo médico original, em até 72 horas após a situação acometida para o repouso, bem como, deve constar no atestado, a assinatura do médico e o carimbo com seu número de registro no Conselho Regional de Medicina.

Art. 5º - Cabe à Secretaria Acadêmica o deferimento do pedido de tratamento excepcional, considerando os requisitos previstos nesta Instrução Normativa.

Parágrafo Único – Sendo deferida a solicitação de Tratamento Excepcional, a instituição não poderá, em hipótese alguma, solicitar o comparecimento do(a) aluno(a) a IES, bem como o mesmo não poderá comparecer as aulas, durante o período de afastamento designado no atestado/laudo médico.

Art. 6º - Após a análise da Secretaria Acadêmica, o protocolo será dado o andamento e encaminhado à Secretaria de Apoio Pedagógico, para o processo das atividades propostas nesta normativa.



Art. 7º - Cabe ao(à) professor(a) de cada disciplina cursada pelo(a) acadêmico a atribuição de um plano de estudos e trabalhos domiciliares, segundo seu plano de aula para o período correspondente, em até cinco dias após o recebimento da documentação de Tratamento Excepcional entregue pela Secretaria de Apoio Pedagógico.

Art. 8º - O professor designado ao Tratamento Excepcional deverá entregar à Secretaria de Apoio Pedagógico o plano de estudos e trabalhos domiciliares acompanhado de uma prova, que avaliará o aproveitamento de estudos do(a) aluno(a) durante o período do tratamento excepcional.

Art. 9º - Caberá ao Setor de Apoio Pedagógico o controle do recebimento e a entrega dos planos de estudos e trabalhos domiciliares ao(à) aluno(a) em tratamento excepcional.

Art. 10 – Após correção das atividades pelo professor(a), o Setor de Apoio Pedagógico encaminhará à Secretaria Acadêmica o documento para lançamento e alteração das faltas e notas, anexando as provas no documento para arquivo na pasta do(a) aluno(a). As faltas do período deverão permanecer registradas no diário de classe.

Art. 11- Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 27 de outubro de 2014.

Andréia Cristina Caldani

Direção Geral
Faculdade Opet